

# O fim do populismo ou a sucata

Num documento, empresários dão este aviso aos constituintes

## HUGO STUDART

Os grandes empresários paulistas preparam um documento de alerta à Assembleia Constituinte, chamando os parlamentares à responsabilidade de impedir a aprovação de princípios "populistas" e fora da realidade política, social e econômica do País. Assustados com a queda dos investimentos produtivos e com a possibilidade de transformação do parque industrial brasileiro em sucata, os empresários tentarão com o documento convencer os parlamentares moderados a se unirem para derrotar as teses da "esquerda" no plenário final da Constituinte.

Redigido na diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o esboço do documento ficou pronto na última quarta-feira, no momento em que empresários e parlamentares moderados se desarticulavam, permitindo que no dia seguinte as esquerdas aprovassem a estabilidade no emprego na Comissão de Sistematização. Os diretores da Fiesp começam esta semana a submeter o documento à apreciação de empresários e entidades, em busca de adesões. Só depois das sondagens, decidirão sobre o texto final e a data de divulgação.

## "Princípios justos"

Em tom grave e de firmeza, o esboço do documento analisa o difícil momento econômico e político do País, faz uma contundente defesa da livre iniciativa e alerta os parlamentares para o perigo de aprovarem "princípios justos", mas incompatíveis com a atual realidade brasileira. O documento também denuncia o jo-

go viciado em que se transformou a Constituinte, mas admite que a nova Carta deverá ser, no geral, boa, um retrato da realidade do País, e não apenas de determinado grupo social.

Não deverá haver grandes surpresas no conteúdo do documento. A primeira versão foi redigida pelo vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, com base na cartilha "Os 10 Mandamentos dos Empresários" — de oito entidades patronais, o Fórum Informal — e na emenda popular da Fiesp à Constituinte, defendendo princípios da livre iniciativa.

O presidente da entidade, Mário Amato, decidiu manter o documento em segredo até que o tom exato e as principais adesões estejam acertados. Vai também adaptar o texto ao pronunciamento feito na quarta-feira pelo presidente José Sarney, pedindo apoio político; e à aprovação da estabilidade no emprego pela Comissão de Sistematização. Haverá uma análise do quadro político e econômico, uma explicação das dificuldades atuais dos empresários e, por fim, ponderações em defesa da livre iniciativa e da não intervenção do Estado na economia.

## Empresários Assustados

Os empresários estão preocupados com os rumos da Constituinte desde fevereiro, quando os parlamentares não conseguiram se entender na elaboração do Regimento Interno. Desde então, os dados do Departamento Econômico da Fiesp, do IBGE e da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) apontam para uma quase total para-

lisação de novos investimentos produtivos.

"Estamos muito preocupados com a possibilidade de sucateamento do parque industrial brasileiro", afirma o empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar. A Constituinte não deve aprovar princípios que provoquem a paralisação da atividade econômica e do desenvolvimento tecnológico, como a estabilidade no emprego.

Rui Martins Altenfelder da Silva, diretor da Fiesp e presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) — o lobby empresarial na Constituinte —, explica que três questões conjunturais, todas relacionadas à atual crise no poder, estão preocupando os empresários e provocando a paralisação dos investimentos produtivos: a dívida externa, os gastos públicos e a Constituinte. "Os empresários só voltarão a investir quando forem definidos os três vetores", garante.

"As questões da dívida externa e dos gastos públicos já estão sendo equacionadas — acredita Abílio Diniz. O que realmente nos assusta é a Constituinte."

"Extrema preocupação — corrige o vice-presidente da Fiesp, Nildo Mazzini. O clima é de total incerteza e o medo é que a Constituição acabe sendo igual ao meio em que está sendo gerada, com muitos casuísticos."

O documento de alerta à Constituinte já estava sendo preparado quando os empresários receberam o violento golpe de aprovação do princípio da estabilidade no emprego. A surpresa foi grande pelos cálculos do coordenador das pressões da Fiesp na Constituinte, o vice-presidente da entidade Moreira Ferreira, a estabil-

idade deveria ser rejeitada na Comissão de Sistematização.

## Jogo Viciado

Exceto por esse golpe, Moreira Ferreira não está preocupado com os rumos da Constituinte. "O jogo lá é viciado, mas isso é próprio do regime político brasileiro — justifica. — Estamos desacostumados a fazer política e o afastamento do empresariado desse jogo gerou a impressão de que as coisas estão ruins. Muitos pontos bons para o empresariado estão praticamente assegurados, como o primado da livre iniciativa. E, apesar da impressão contrária, existem avanços no dia-a-dia da Comissão de Sistematização. A Constituinte será o retrato da sociedade brasileira", arremata.

Os parlamentares estão extravasando os poderes recebidos nas urnas, pois muitas das questões não foram devidamente esclarecidas na campanha eleitoral", protesta o empresário Feres Abujamra, diretor-adjunto de Economia da Fiesp. Para ele, a Constituinte não tem legitimidade para, por exemplo, mudar o regime. Ele pede um plebiscito antes da promulgação da Carta.

Se a preocupação é geral, os motivos são diferentes. Há lideranças empresariais que acham ilegítimo mudar o regime, como Feres Abujamra, e outros, parlamentaristas convictos, como Nildo Mazzini. De comum, só o medo da esquerda conquistar muito terreno na parte trabalhista da nova Constituição. O documento da Fiesp é a mais importante tentativa das lideranças empresariais de catalisar esse sentimento e sensibilizar os parlamentares antes da plenária final da Constituinte.

# Dornelles, contra mais impostos

## BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

O governo federal não precisa elevar impostos para resolver os seus problemas de carência de recursos. Quem pensa desta forma é o ex-secretário da Receita Federal e ex-ministro da Fazenda, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que defende a reforma tributária prevista no substitutivo Bernardo Cabral, a qual retira mais recursos da União para os estados e municípios e cria obstáculos à criação de novos tributos e taxas.

Dornelles discorda radicalmente de análises, como as que vêm sendo feitas pelo Ministério da Fazenda, que apontam a reforma tributária prevista pelos constituintes como uma maneira de levar a União à falência, se não se fizer acompanhar (juntamente com o aumento de transferência de recursos) de uma transferência de encargos.

Para Dornelles, tudo o que a União vai perder nos próximos cinco anos com o aumento das transferências para os estados e municípios é menos da metade do que ela gastou este ano com o subsídio ao trigo e cobertura do déficit das estatais: cerca de Cz\$ 180 bilhões. No seu entender "é um absurdo" não se querer transferir mais recursos

para as administrações estaduais e municipais.

"Nós vivemos hoje no Brasil um clima de guerrilha urbana, em que os governadores e os prefeitos se deparam com uma falta de recursos brutal para erradicar favelas e sanear os problemas mais graves das cidades. Enquanto isso, pessoas em Brasília, insensíveis a estes problemas, destinam grandes parcelas da arrecadação dos impostos para cobrir déficits de empresas estatais, para conceder incentivos e subsídios sem nenhum critério. Em vez de se destinar Cz\$ 90 bilhões para subsidiar o trigo, ou mais Cz\$ 90 bilhões para o setor de aço, o governo poderia repassar estes recursos para que os estados e municípios pudessem resolver os problemas básicos da população", defende o ex-ministro.

Dornelles concorda que é necessário elevar a carga tributária líquida do País, de aproximadamente 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para um índice em torno de 17%. Entretanto, frisa, isto não deve ser feito aumentando impostos.

"Não podemos esquecer de que carga tributária líquida é a arrecadação dos impostos ou carga tributária bruta menos os incentivos. E acho que já está

na hora de revermos todos os subsídios e incentivos concedidos pelo governo, mantendo os incentivos regionais para o Nordeste, em vista do compromisso que a Nova República tem para com aquela região, "esclareceu o ex-secretário da Receita Federal.

"Sou contra todo e qualquer aumento de impostos antes que a União promova as seguintes medidas: 1) enxugamento de toda a sua máquina administrativa; 2) eliminação de vários subsídios e incentivos; 3) extinção das transferências de recursos do Tesouro Nacional para a cobertura de déficit das empresas estatais, já que estes déficits devem ser cobertos pelo estabelecimento de tarifas e preços realistas; 4) execução de um amplo programa de privatização."

Para Dornelles, o governo pode adotar todas estas medidas, inclusive extinguindo seis ou sete ministérios, independentemente da nova Constituição. Pode privatizar siderúrgicas, transferir o Instituto Brasileiro do Café (IBC) para o Ministério da Fazenda, pode fechar a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), transferindo suas funções para os estados, fazendo o mesmo com o Ministério da Cultura e com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Caso o governo federal adote tais providências, assinala Dornelles, vai descobrir que o aumento das transferências previsto no substitutivo, de 14% para 21,5% para os estados e de 17% para 22,5% para os municípios em cinco anos, em nada o afetará.

Para o deputado, a nova Constituição vai forçar a União a uma maior racionalidade, e ainda tornar mais progressivo o sistema tributário do País, acelerar a distribuição regional de renda, fortalecer as finanças estaduais e municipais e dar mais garantias aos contribuintes.

Pelo que está previsto no substitutivo, novos depósitos compulsórios e tributos somente poderão ser criados com a aprovação de maioria absoluta do Congresso Nacional. Prevê ainda que novas contribuições sociais somente poderão ser criadas caso não tenham base de cálculo em fato gerador idêntico aos dos impostos já existentes. Veta também a retroatividade — a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os houver instituído — e elimina o privilégio da Fazenda Nacional de adotar decisões específicas (como anistia fiscal) para determinados contribuintes.

## A "torneira" do BC, quase fechada

### FRANCISCO DORNELLES

O Capítulo II do Título IV constitui um avanço importante no campo das finanças públicas, na medida em que o Executivo perderá o poder, que hoje tem, para criar e realizar despesas não aprovadas pelo Congresso.

O ministro Roberto Campos diz, com muita propriedade, que a inflação brasileira é inconstitucional, porque decorre de gastos públicos excessivos, cobertos com suprimentos feitos ao Tesouro pelo Banco Central do Brasil.

O orçamento fiscal da União é realmente uma farsa. Ele aprova as receitas, discrimina as despesas e autoriza operações de crédito. Mas, como o Banco Central do Brasil pode fazer suprimentos à União, cada vez que o Poder Executivo deseja realizar um gasto que não figura no orçamento, contorna a exigência constitucional utilizando-se do seguinte mecanismo: o Poder Executivo, através do ministro da Fazenda, determina que uma instituição financeira, em geral o Banco do Bra-

sil, forneça direta ou indiretamente ao Tesouro os recursos necessários para a realização do gasto; a instituição financeira apresenta a conta ao Tesouro, que pede recursos ao Banco Central; esse banco, por meio de emissão de moeda ou de recursos obtidos pela colocação de títulos, faz o suprimento ao Tesouro, que repassa os recursos à instituição financeira responsável pela despesa não incluída no orçamento, nem por outra forma aprovada pelo Congresso Nacional.

O substitutivo Bernardo Cabral veda ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimo ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. Ao Banco Central competirá regular a oferta de moeda e a taxa de juros, comprando e vendendo títulos de emissão do Tesouro.

A sistemática do substitutivo Bernardo Cabral — que espera seja mantida — permitirá ao Brasil ter um verdadeiro orçamento. O Congresso Nacional aprovará anualmente o montante de recursos que a

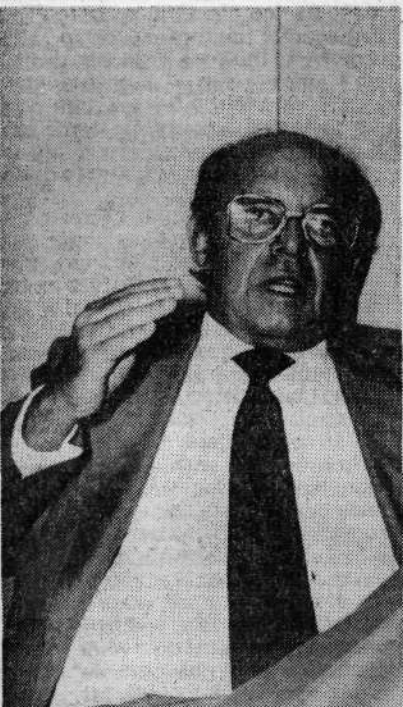
sociedade transferirá à União a título de tributos, e a aplicação e a destinação desses recursos, a realização de operações de crédito, fixando o respectivo valor.

Uma vez votado o orçamento, ao Poder Executivo caberá a sua execução. Qualquer despesa não incluída no orçamento que deseje promover dependerá de autorização prévia do Congresso, dela devendo constar a fonte dos recursos para atender sua realização.

A "torneira" sempre aberta do Banco Central do Brasil estará fechada; não mais poderá cobrir os "buracos" do orçamento fiscal.

A sistemática inserida no Capítulo das Finanças Públicas vai assegurar ao ministro da Fazenda condições para executar uma administração financeira séria e racional; vai dar à sociedade brasileira garantias de que o Poder Executivo não realizará gastos sem a autorização dos seus legítimos representantes.

Francisco Dornelles é deputado federal (PFL-RJ) e ex-ministro da Fazenda.



Jovenci de Freitas

Francisco Dornelles